

MOÇÕES APROVADAS EM REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA APCEF/SP EM 27 DE FEVEREIRO DE 2026

Moção de repúdio contra a venda do terreno em que está instalado o departamento de tecnologia da Caixa

Após diversos rumores em que a Caixa teria a pretensão de vender o seu prédio localizado na Av. Dr. Martin Luther King, 762 - Umuarama, Osasco - SP, 06030-013, os empregados da Caixa e os moradores dos bairros Adalgisa, Vila Yara, Umuarama e Vila São Francisco demonstraram uma tremenda preocupação frente à especulação imobiliária pela qual a região tem passado nos últimos anos.

O terreno onde o departamento de tecnologia da CEF está localizado abriga uma grande área de mata preservada com uma grande diversidade de fauna e flora nativas da mata atlântica.

Além disso os 700 trabalhadores do site de Osasco são contrários a venda e a possibilidade de mudança para outro local ainda não definido, impactará a vida dos empregados e de seus familiares, que em sua grande maioria residem em Osasco.

Moção de apoio ao povo cubano.

O Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ) e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) realizaram ato no edifício da Petrobrás cobrando da empresa o envio de petróleo brasileiro para Cuba.

A situação se agravou com o bloqueio energético imposto pelos Estados Unidos, que interrompeu o envio de petróleo, essencial para a população, impactando transporte, hospitais, escolas e serviços básicos – um verdadeiro ataque às condições de vida do povo cubano.

Diante desse cenário, o Sindipetro-RJ, a FNP, sindicatos de diversas categorias, organizações políticas e várias outras categorias realizaram ato público em defesa da Petrobrás e do envio de petróleo brasileiro para Cuba, em solidariedade ao país caribenho e contra o bloqueio imperialista dos EUA que ataca a soberania e os direitos do povo cubano.

Uma ação como essa do governo brasileiro, além de ajudar o país irmão num ato humanitário e de solidariedade latino-americana, é uma forma de não se curvar ao imperialismo estadunidense que comete desmandos ferozes contra nossas economias, basta olhar para Venezuela.

- Pelo fim do bloqueio energético: petróleo para Cuba, já!
- Basta de imperialismo estadunidense tutelando os países das Américas!
- O Brasil e a Petrobras devem estar a serviço do povo brasileiro e pela solidariedade latino-americana!

Moção de apoio e Solidariedade a Zé Maria! Não à criminalização das vozes favoráveis ao povo palestino.

Processo movido inicialmente pela Confederação Israelita do Brasil (CONIB) contra o Presidente Nacional do PSTU, José Maria de Almeida, teve sua audiência de instrução realizada no mês de fevereiro de 2026 e tem buscado, junto com sua rede de aliados, criminalizar todas as vozes que se manifestam contra o genocídio na Palestina.

A acusação se baseia em uma fala realizada numa manifestação em 2023, na qual Zé Maria levou uma mensagem de solidariedade ao povo palestino em nome do PSTU.

Esta tentativa de criminalizar as vozes solidárias à Palestina não é nova, mas ganhou força a partir do início do genocídio na Palestina em outubro de 2023. Exemplo disso foi a lista de 130 ativistas da causa Palestina elaborada por um deputado bolsonarista e enviada para o governo dos Estados Unidos ainda em 2023.

As ações judiciais utilizam a falsa equiparação entre o antissemitismo e o antissionismo e até mesmo qualquer crítica às ações genocidas do estado de Israel. E, abusivamente, busca equivocadamente o enquadramento na lei brasileira contra o racismo, que é um contrassenso absoluto.

Em todo o mundo os aliados do sionismo também recorrem à repressão e à criminalização das vozes solidárias à Palestina.

Isso é parte de um esforço internacional do Estado sionista e de todos os governos que são seus aliados para silenciar as vozes de solidariedade à Palestina e ocultarem o genocídio ainda em curso.

Toda solidariedade ao companheiro Zé Maria. Exigimos a retirada das acusações e o fim da perseguição a todas as vozes solidárias à Palestina.

Não nos calarão!

Antissionismo não é antissemitismo!

Palestina livre do rio ao mar!

Moção de apoio aos trabalhadores argentinos. Não à reforma trabalhista!

O governo de Javier Milei disfarça a inflação real para justificar tetos salariais rebaixados. E continua assim empobrecendo a população para que os patrões mantenham e aumentem seus lucros, que vêm da superexploração.

Com a desculpa de “modernizar”, tenta legalizar uma reforma trabalhista para amarrar os salários exclusivamente ao “desempenho”, reduzir a base de cálculo de 13º salário e indenizações, reduzir a cobrança das licenças por doença ou acidente para 50 ou 75%

do salário integral dependendo se são ou não “responsabilidade” de quem trabalha, e estabelecer a duração das férias e das jornadas de trabalho sem pagamento de horas extras, a critério das empresas. E pretende que sejam rescindidos os acordos coletivos que ainda estão em vigor com mais direitos do que a lei geral de contrato de trabalho, retirando a ultratividade (se não houver novo acordo, o anterior fica anulado) e dando validade ao que foi pactuado por estabelecimento ou individualmente, mesmo que se renuncie a melhorias conquistadas por categoria.

Não à reforma trabalhista que só piorará a vida do povo argentino.

Moção de repúdio contra a especulação sobre a incorporação do Banco de Brasília pela Caixa.

A falcatrua Master revela como banqueiros aliados aos políticos constituem a verdadeira organização criminosa, e as principais vítimas, os trabalhadores

A prisão de Daniel Vorcaro e a liquidação do Banco Master seria mais um caso de fraude bancária não fosse por dois fatores. Um é o tamanho do rombo: R\$ 41 bilhões, o maior da história do país. Dois, as relações políticas que sustentaram um esquema criminoso que por anos contou com a omissão regulatória, falta de coordenação institucional entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central (BC); o BC supervisiona as instituições enquanto a CVM fiscaliza os produtos.

Sob direção de Daniel Vorcaro, o banco Master cresceu dez vezes, e sua carteira de crédito se multiplicou por cinco nos últimos quatro anos. O que acontece, porém, é que grande parte dessas carteiras simplesmente não existia e só servia para dar lastro a emissões de CDB que pagavam muito acima do valor de mercado.

O Banco Master emitiu nada menos que R\$ 50 bilhões em CDB. Na prática, funcionava como um esquema de pirâmide: para pagar o rendimento oferecido, era preciso que cada vez mais dinheiro entrasse. Ou que parecesse que havia dinheiro entrando. Para amparar o esquema, o banqueiro chegou a fundar uma empresa de fachada, a Tirreno, para simular a compra de títulos de crédito.

O Banco de Brasília (BRB), banco estatal comandado pelo governo do Distrito Federal, comprou ao menos R\$ 12 bilhões em créditos duvidosos do Banco Master e hoje busca soluções para sair dessa crise. Segundo a Polícia Federal, o BRB teria adquirido esses R\$ 12 bilhões em carteiras de crédito fraudulentas.

Também foram utilizados 18 fundos de previdência de servidores de Estados e municípios para a compra títulos de renda fixa desse banco.

Por isso não podemos deixar que utilizem um banco público para salvar instituições que operavam uma complexa teia de fraudes que envolveu diversos setores e entidades.

MOÇÃO DE APOIO À CANDIDATURA DE FABI UEHARA AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CAIXA

Este Conselho Deliberativo da Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal São Paulo – APCEF/SP em reunião realizada no dia 27 de fevereiro de 2026 declara apoio à candidatura de Fabi Uehara para a representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa para o período de 2026 a 2028.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA NOVO SISTEMA DE ATENDIMENTO PESSOA JURÍDICA

Repudiamos retirada dos segmentos Pessoa Jurídica das agências, uma vez que tal ação está acarretando uma sobrecarga ao atendimento. Além de uma questão de ordem jurídica quanto a alçada para determinados atendimentos, uma vez que essa responsabilidade era do Gerente/Assistente PJ e agora se encontra muitas vezes na responsabilidade de outros empregados que não tem o devido treinamento ou função para tal.

A demanda de atendimento PJ continua nas agências, mas agora sem os empregados qualificados para fazer esses atendimentos com segurança e presteza; o que causa um enorme desgaste para os funcionários e para os clientes PJ, principalmente para os empresários individuais e microempresários que procuram o atendimento gerencial e não encontram mais nas agências.